



Poder do MP não pode ser absoluto, diz Alexandre de Moraes

O poder do Ministério Público é muito grande, mas nenhum poder pode ser absoluto. A afirmação é do novo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, que defendeu a livre nomeação pelo presidente da República para a Procuradoria-Geral da República, sem necessariamente respeitar a lista tríplice elaborada pelos demais procuradores.

Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, Alexandre de Moraes afirmou que ainda não conversou com o presidente interino, Michel Temer, a respeito do tema. Mas lembrou que o presidente da República tem liberdade constitucional de indicar o procurador-geral que não foi eleito pela categoria.

Apesar do entendimento do novo ministro da Justiça, Michel Temer afirmou à *GloboNews* que, se continuar presidente, manterá a tradição de escolher o mais votado na eleição interna dos procuradores da República.

Apesar de não estar prevista no texto constitucional, a elaboração da lista tríplice acontece [desde 2001](#), sendo que somente naquele ano o presidente não escolheu um nome que integrava a lista. Na ocasião, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, [optou por reconduzir pela quarta vez](#) Geraldo Brindeiro, que havia ficado em sétimo na lista da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Há no Congresso Nacional pelo menos quatro propostas de emenda à Constituição para que a lista tríplice para escolha de procurador-geral pode vire regra.

O novo ministro também se posicionou contra a possibilidade da Polícia Federal indicar seu diretor-geral. "A polícia faz parte da estrutura do Executivo. Se cada órgão se transformar num novo poder, vamos ter uma estrutura anárquica", disse.

Na entrevista, Alexandre de Moraes elogiou a operação "lava jato", que para ele é um símbolo de combate à corrupção. Também afirmou que jamais permitiria que o Ministério Público ou a Polícia Federal escolham os investigados.

Ex-integrante do governo de São Paulo, o novo ministro da Justiça rechaçou a afirmação de que o governo estadual não deixa nada ser investigado. Ex-integrante do MP paulista, Alexandre de Moraes afirmou que o MP estadual investiga vários casos. "A única diferença em relação ao governo federal é que o governo de SP é honesto. E um governo honesto é menos investigado porque não tem escândalos", afirmou.

Moraes também afirmou que o governo atual irá rever e discutir as demarcações de terras indígenas e afirmou que, em casos de reintegração de posse, vai cumprir a lei com firmeza. "Se há uma invasão de índios e a determinação judicial de retirada, toda negociação vai ser feita. Agora, se houver um impasse, a lei vai ser cumprida. O poder público não tem o direito de desrespeitar uma ordem judicial, dentro da razoabilidade e apurando, como eu sempre apurei, qualquer excesso".

Sobre as manifestações de movimentos sociais, Alexandre de Moraes também fez questão de deixar claro que não há um poder absoluto. "Nenhum direito é absoluto. Manifestação em estrada que queime



pneus, que por tempo não razoável impeça a circulação, não é permitido. As pessoas precisam trabalhar, se locomover, o país precisa funcionar. Se a manifestação continuar por uma pista, segue tendo visibilidade e não ultrapassa todos os demais direitos", explicou.

Segundo o novo ministro da Justiça, "São Paulo foi exemplo de tranquilidade e segurança nas grandes manifestações, tanto a favor como contra o *impeachment*".

Date Created

16/05/2016